



RELATÓRIO ANUAL
DAS
DEMONSTRAÇÕES
REGULATÓRIAS
2024

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balanco Social

Demonstrações Contábeis:

- Balanco Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A Cocel consolidou em 2024 os resultados do trabalho realizado nos anos anteriores, com as mudanças na gestão que possibilitaram o encerramento do contrato de compra de energia com a Copel e a compra de energia no mercado livre. Pelo segundo ano consecutivo, os consumidores campo-larguenses pagaram a menor tarifa de todo o país.

Além de garantir a menor tarifa, a Companhia buscou garantir o melhor atendimento possível aos consumidores – foram inúmeras as ocorrências emergenciais após temporais cada vez mais intensos. Capacitação das equipes, intensificação da manutenção preventiva e melhorias nos processos de encaminhamento dos serviços foram algumas das ações voltadas à busca pela qualidade e agilidade dos atendimentos.

A Cocel trabalha para estar sempre atualizada e apta a atender as expectativas dos consumidores e para contribuir com o crescimento de Campo Largo e com a melhoria da qualidade de vida dos campo-larguenses.

Cordialmente,

Rafael Rogiski

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 56 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto atualmente por dez membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto atualmente por cinco membros efetivos, eleitos por dois anos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria e Compliance: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Através da Portaria nº 009/2019, de 01 de novembro de 2019, a diretoria Executiva da Companhia Campolarguense de Energia, tendo em vista a Resolução Normativa da Aneel nº 787 de 24/10/2017, redefiniu a Controladoria Interna, determinando que a função de Compliance fosse incorporada as responsabilidades da Controladoria, que passou a se chamar “Controladoria & Compliance”, visando assegurar em conjunto com as demais áreas da concessionária, a necessária adequação, fortalecimento e funcionamento do sistema de controles internos, procurando mitigar os riscos, em conformidade com as normas legais e regulatórias.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2023	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 136.327 habitantes, segundo Censo Demográfico do IBGE realizado em 2022.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Desde que a Lei 13.709/2018 entrou em vigor, a Companhia vem se adaptando às mudanças impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, no que tange a governança de dados pessoais dos consumidores, fornecedores, empregados e todas as partes envolvidas com a Cocol.

Foi iniciado o processo de adequação, para que a Companhia atenda à legislação e evite, assim, que a Cocol sofra sanções futuras. Em atendimento à LGPD, em outubro de 2020 a diretoria da Cocol expediu uma Portaria delegando funcionários da Companhia para formarem um grupo de estudos, visando a implementação das mudanças advindas da Lei 13.709. Em junho de 2021 foi nomeado o Encarregado de Dados da Companhia, por meio de Portaria expedida pela Diretoria Executiva da Cocol. Foi elaborada a Política de Privacidade, a qual consta devidamente disponibilizada no site da Cocol juntamente com o contato do Encarregado de Dados da Companhia, com vistas a facilitar a comunicação dos titulares de dados com a Companhia, no caso de alguma demanda envolvendo dados pessoais.

Atendimento aos consumidores

Comparando os números do ano 2023 e 2024 - houve um aumento pequeno em relação ao ano anterior, porém ressaltamos que ocorreu também uma redução do número de funcionários no decorrer do ano de 2024 em decorrência da terceirização e remanejamento dos funcionários com experiência, impactando diretamente no volume final.

Ocorreu um aumento de 2,32% no número total de atendimentos, sendo 16,7% no presencial, 58,8 % pelos canais da agência virtual, 6,5% nos outros canais e uma redução de 17,8% nos atendimentos telefônicos.

Considerando o fato de que ocorreu um aumento no número de atendimentos é possível perceber a migração dos canais telefônicos para os demais canais de atendimentos.

A Cocol disponibiliza os seguintes canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana).
- Agência Virtual: disponível no site www.cocol.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocol.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;

- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp – (41) 99123-2121

O sistema de treinamento da companhia para os atendentes tem como objetivo buscar a atualização constante e acompanhamento contínuo, oferecendo suporte do gestor da área aos atendentes e consumidores da companhia.

TOTAL DE ATENDIMENTOS				
Canais de Origem	2023	2024	Crescimento 2023/2024 (%)	Em relação ao total (%)
Telefônico	78.804	68.257	-13,38	17,8
Presencial	58.485	64.227	9,82	16,7
Agência virtual	217.428	225.866	3,88	58,9
Outros	20.046	25.099	25,21	6,5
	374.763	383.449	2,32	

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 12 agentes arrecadadores conveniados e contratados, como lotéricas e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município. A partir de 2023 os clientes da Cocal passaram a ter a opção de realizar o pagamento das faturas também por pix. Enquanto o pagamento realizado em outros agentes arrecadadores pode demorar até dois dias úteis para ser compensado para a concessionária, com o pix a compensação ocorre em poucos minutos. O QR Code para pagamento por pix está disponível em todas as faturas da Cocal.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2024 a Ouvidoria tratou 109 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. Foi reconhecida como uma das melhores Ouvidorias do país, recebendo o troféu de segundo lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria.

A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

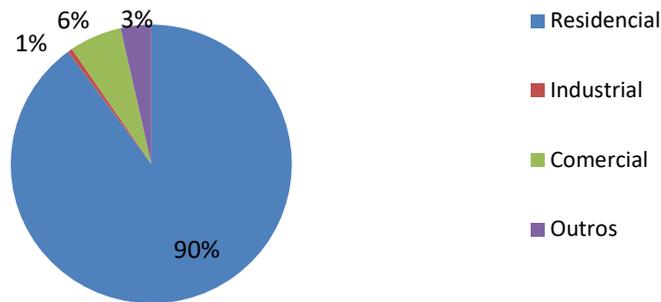
Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Número de consumidores: O ano de 2024 encerrou com o total de 58.721 unidades consumidoras. O número de unidades consumidoras cresceu 1,70% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 89,99% do número total de consumidores.

Classes	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	47.821	48.980	50.081	51.836	52.782
Industrial	383	368	343	322	299
Comercial	3.457	3.602	3.746	3.467	3.512
Rural	1.763	1.760	1.700	1.651	1.622
Poder Público	310	319	320	367	384
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	63	65	64	65	59
Consumo Próprio	3	3	3	3	3
Consumidores Livres especiais	15	19	21	29	59
Total	53.816	55.117	56.279	57.741	58.721
Varição	4,50%	2,42%	2,11%	2,60%	1,70%

Número de Consumidores por Classe

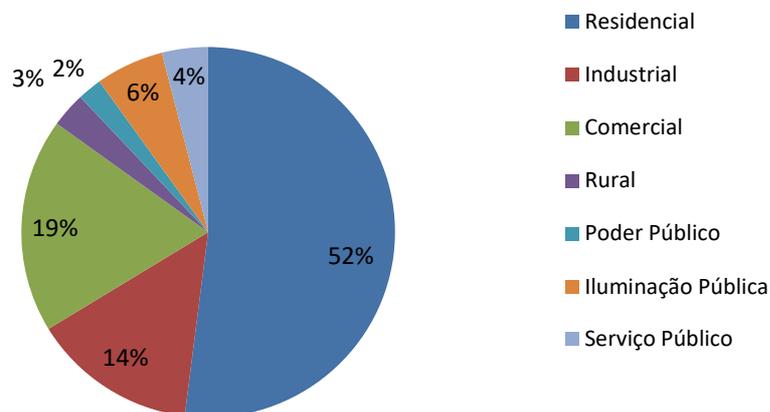


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2024, totalizou 214.011 MWh. Um acréscimo de 1,61%, comparando com a energia faturada no ano de 2023, que totalizou 210.617 MWh.

Classes	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	88.375	91.854	94.605	103.889	111.228
Industrial	41.917	45.063	36.847	36.138	30.537
Comercial	35.832	36.347	39.256	39.621	39.968
Rural	6.792	6.778	6.369	6.611	6.541
Poder Público	2.847	3.092	3.672	4.004	4.460
Iluminação Pública	12.026	12.256	12.221	12.553	12.645
Serviço Público	6.601	6.405	7.074	7.655	8.499
Consumo Próprio	118	128	133	136	133
Total	194.508	201.923	200.177	210.617	214.011
Varição	1,35%	3,81%	-0,86%	5,22%	1,61%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)



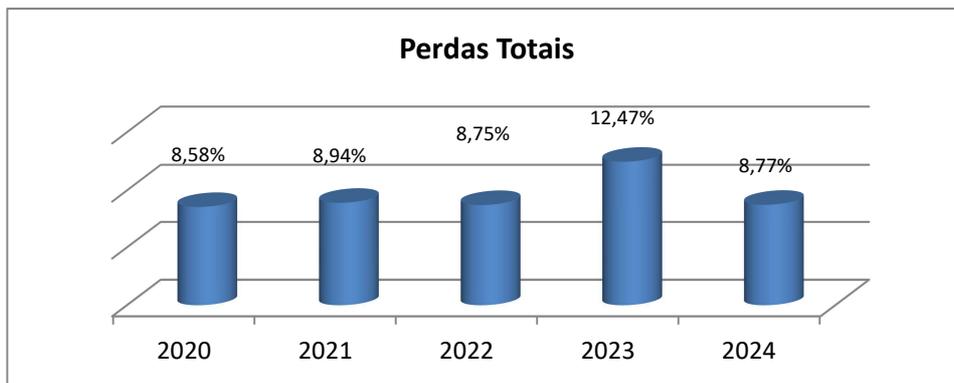
A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2024 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 1,61%, passando de 210.617 MWh em 2023 para 214.011 MWh em 2024.

O consumo de energia dos consumidores livres foi de 151.993 MWh em 2024. Em 2023 foi de 139.547 MWh.

A geração distribuída, energia gerada pelos consumidores, atingiu 7.223 MWh em 2024, contra 5.974 MWh em 2023, acréscimo de 20,91%.

Balço Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 8,77%.



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Considera-se como energia vendida bruta, todos os valores cobrados em faturas. O crescimento de 2,22% no faturamento de 2024 foi em função do aumento no número total de consumidores em comparação com 2023.

Classes	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	71.840	85.443	72.376	72.914	79.277
Industrial	27.530	35.310	26.841	23.151	18.905
Comercial	27.528	32.719	30.448	28.214	28.509
Rural	3.917	4.850	4.175	4.325	4.395
Poder Público	2.178	2.809	2.910	2.898	3.193
Iluminação Pública	5.706	7.243	5.712	5.119	5.259
Serviço Público	3.792	4.891	4.983	4.841	5.060
Total	142.491	173.265	147.445	141.462	144.598
Varição	-5,85%	21,60%	-14,90%	-4,06%	2,22%

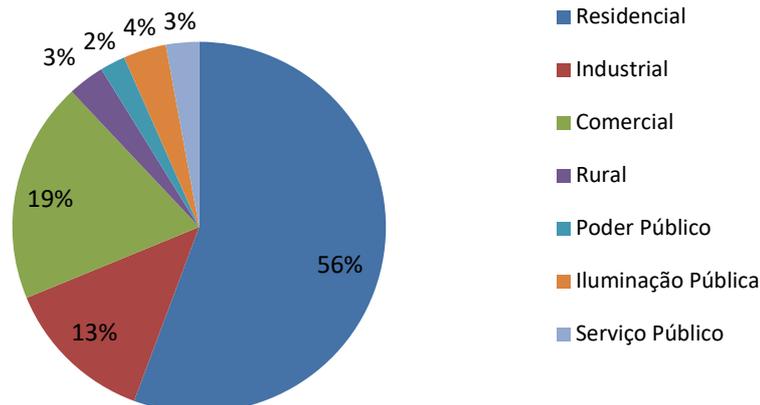
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2020	2021	2022	2023	2024
Industrial/Comercial	24.109	28.628	31.845	34.066	31.848
ICMS Substituição Tributária	9.128	10.992	9.191	6.081	7.609
Total	33.237	39.620	41.036	40.147	39.457
Varição	19,37%	19,20%	3,57%	2,17%	-1,72%

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 109.279 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2023	2024
Residencial	55.787	60.357
Industrial	17.763	14.223
Comercial	20.403	20.936
Rural	3.221	3.441
Poder Público	2.263	2.369
Iluminação Pública	3.998	4.047
Serviço Público	3.806	3.906
Total	107.241	109.279
Varição	-2,56%	1,90%

Consumo por Classe de Consumidores - R\$



Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2023, R\$ 497,13/MWh, representando um decréscimo de -2,43% em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2023	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2024
Residencial	536,93	530,89
Industrial	491,55	459,65
Comercial	514,96	494,98
Rural	487,22	478,12
Poder Público	565,21	521,00
Iluminação Pública	318,49	320,07
Serviço Público	497,16	465,77
Tarifa Média	509,50	497,13

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2020	2021	2022	2023	2024
DEC – Conjunto CL – valor apurado	5,62	5,23	5,40	7,14	5,28
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,64	8,41	10,22	14,65	11,06
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,96	5,51	3,81	6,52	4,26
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	6,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	7,11	7,21	5,86	7,90	6,46
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	7,00

Investimentos

Ao longo de 2023 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2023	2024
Obras de distribuição	7.939	4.594
Veículos	-	1.371
Outros investimentos	620	1.754
Total dos Investimentos	8.559	383

Origens dos Recursos	2023	2024
Recursos próprios	7.706	5.288
Clientes – Participação financeira	853	1.060
Total dos Recursos	8.559	6.348

Sistema de Distribuição – 12/2024

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	651	145	796
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	760	975	1.735
Postes – unidades	23.566	12.173	35.739
Transformadores – unidades	2.687	2.149	4.836
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	128.042	29.418	157.460

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2024	2023
Número de residências atendidas	4.776	5.654
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	9,1%	10,9%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.255	1.464
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	2,4%	2,0%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.323	1.417

Programa Energia Solidária: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 20.943/2021, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consomem no máximo 150 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Energia Solidária	2024	2023
Número total de residências atendidas	2.760	3.300
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	5,2%	6,4%
Receita de faturamento do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	910	1.068
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	1,7%	1,5%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	934	1.067

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O Programa de Eficiência Energética (PEE), uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é um motor fundamental para a transformação do cenário energético brasileiro. Seu objetivo central é promover o uso inteligente da energia elétrica, combatendo o desperdício e otimizando o consumo em diversos setores da sociedade.

O Programa de Eficiência Energética (PEE), regulamentado pela ANEEL, torna obrigatória a implementação de projetos que promovam o uso eficiente da energia elétrica. Essa iniciativa visa reduzir o consumo, minimizar o impacto ambiental e impulsionar a sustentabilidade no setor energético.

Esse programa tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da renovação de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

As distribuidoras de energia elétrica desempenham um papel crucial na promoção da eficiência energética, destinando parte de sua receita operacional líquida para projetos que impulsionam o uso racional da energia. Essas iniciativas, que incluem a modernização de sistemas elétricos e a conscientização dos consumidores, resultam em benefícios como a redução do consumo, a diminuição dos custos e a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos de eficiência energética é uma estratégia para incentivar as distribuidoras a investirem em práticas sustentáveis e a contribuírem para a redução do consumo de energia no país. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também promove a segurança no abastecimento de energia e pode resultar em economias para os consumidores.

Em 2024 a Cocel tornou a Unidade de Pronto Atendimento Dr. Atílio de Almeida Barbosa Junior (UPA 24h) autossuficiente em energia elétrica. Foram instalados 200 painéis fotovoltaicos, com capacidade de gerar até 145 mil quilowatts-hora (kWh) de energia limpa e sustentável por ano. Além de suprir toda a energia utilizada pela UPA, a energia excedente gerada ainda poderá ser compartilhada com outras unidades de saúde do município. A maior parte dos equipamentos utilizados pela UPA já era eficiente, mas aqueles que não possuíam o Selo Procel foram substituídos pela Cocel. Com a substituição de lâmpadas, refrigeradores e condicionares de ar por modelos mais eficientes, a economia no consumo de energia será ainda maior. Com a geração de energia limpa e troca de equipamentos, a economia prevista é de 173 mil kWh por ano.



A Cocel participou também da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE) 2024, este evento é voltado aos alunos e professores dos oitavos e nonos anos de escolas públicas e particulares, que participam de atividades e desafios com o tema “eficiência energética”. A competição visa engajar estudantes em atividades que promovam a eficiência energética e a sustentabilidade, além de incentivar a educação sobre o consumo consciente de energia. A ONEE é uma realização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Instituto ABRADDEE, com recursos do programa de Eficiência Energética (PEE) e com o apoio das distribuidoras de energia.

Na primeira fase os alunos participaram de desafios em forma de jogos com o tema da Olimpíada, e na segunda fase os estudantes precisaram responder questões objetivas. Os estudantes campo-larguenses conquistaram um excelente resultado, foram 38 medalhistas: doze de ouro, quatorze de prata e doze de bronze, entre os medalhistas campo-larguenses, 29 foram alunos da rede pública e 9 da rede privada.

Antes das provas foram realizadas “blitz educativas” em dez colégios do município, divulgando a Olimpíada e compartilhando informações relacionadas ao consumo eficiente, diferentes fontes utilizadas para geração e combate ao desperdício de energia.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 foi contratado, pelo período de 36 meses, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de Data Analytics aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das SE. O sistema implementado é capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, hotspot, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Utilizando Técnicas de Data Analytics, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos é capaz de emitir saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário

registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 91 colaboradores. Em 2023 contávamos com 109.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.779 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% ou 65% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 19 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 25 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2024 com 04 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 04 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 145.039.331,55 em 2024 contra R\$ 141.485.993,89 em 2023, representando um acréscimo de 2,51%, reflexo do aumento no número total de consumidores.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 60 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2024 foi faturado o montante de R\$ 31.848.160,60 contra o valor de R\$ 34.066.164,92 em 2023. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2024 foi cobrado o valor de R\$ 7.608.879,90 e em 2023 o valor de R\$ 6.081.041,41, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 11.537.780,00, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa e Subsídio SCEE. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 8.370.427,46 em 2024.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 138.200.456,66 em 2024, contra R\$ 122.497.210,59 em 2023. Um percentual de 61,49% em 2024 e de 60,90% em 2023, sobre a Receita Operacional Bruta.

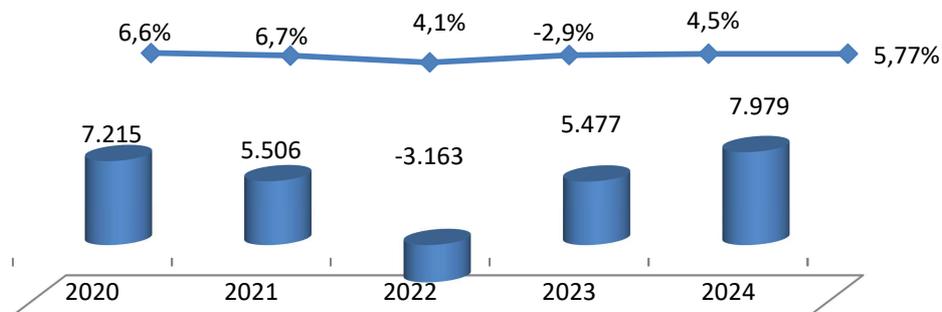
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2024 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 43.002.663,46 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 31,12%. Em 2023 foi de R\$ 37.570.090,31 e o percentual de 30,67%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2024 com o montante de R\$ 37.895.726,39 e a variação de 27,42% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2023 encerrou com o valor de R\$ 34.532.094,41 e variação de 28,20% sobre a ROL e variação de 9,74% (comparando 2024 com 2023).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5.477.258,25, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2023	2024
Resultado das Atividades	3.037.995,90	5.106.937,07
Depreciação e Amortização	2.436.262,35	2.872.408,25
Lajida/Ebitda	5.474.258,25	7.979.345,32
Receita Operacional Líquida	122.497.210,59	138.200.456,66
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	4,48%	5,77%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



BALANÇO SOCIAL

	2024			2023		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	138.200			122.497		
Lucro Operacional	3.816			4.406		
Folha de Pagamento Bruta	20.126			18.397		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.779	8,84%	1,29%	1.873	10,2%	1,5%
Encargos Sociais sem diretoria	4.879	24,24%	3,53%	4.803	26,1%	3,9%
Previdência privada	63	0,31%	0,05%	64	0,3%	0,1%
Saúde	1.223	6,08%	0,88%	1.155	6,3%	1,0%
Segurança e Medicina no Trabalho	235	1,17%	0,17%	345	1,9%	0,3%
Educação	45	0,22%	0,03%	72	0,4%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	51	0,25%	0,04%	51	0,3%	0,0%
Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	542	3,0%	0,5%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	8.275	41,12%	5,99%	8.905	48,4%	7,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Tributos (excluídos os encargos sociais)	88.841	-	64,28%	79.445	-	64,9%
Total – Indicadores Sociais Externos	97.116	-	70,27%	88.350	-	72,1%

	2024	2023
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	91	109
N.º de empregados terceirizados	78	66
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	50	53
2º Grau	38	48
1º Grau	3	8
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	0	2
De 30 até 45 anos (inclusive)	49	54
Acima de 45 anos	42	53
Admissões durante o período	-	-
Demissões durante o período	18	3
N.º de mulheres que trabalham na empresa	22	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,4%	33,3%
Estagiários	4	4
Menor Aprendiz	4	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2024			2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração	5,2			6,1		
Nº total de acidentes de trabalho	5			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2024.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2024.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Odair Sales
Contador CRC/PR 056806/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ATIVO	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.636	5.201
Consumidores	18.426	19.469
Encargos de Uso da rede elétrica	2.204	1.163
Serviços em curso	2.810	1.581
Tributos compensáveis	700	260
Almoxarifado operacional	1.565	1.641
Despesas pagas antecipadamente	59	2.807
Ativos regulatórios	16.411	22.838
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	3.447	4.305
Outros ativos circulantes	4.603	1.936
	51.859	61.202
Não Circulante		
Tributos compensáveis	734	1.394
Depósitos judiciais e cauções	69	170
Investimentos temporários	274	362
Outros ativos não circulantes	71.028	71.028
	72.105	72.953
Investimentos	1	1
Imobilizados em serviço	80.915	79.283
Imobilizado em curso	7.488	10.334
Intangível em serviços	993	242
	89.397	89.860
	161.502	162.813
Total do Ativo	213.361	224.016
PASSIVO	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	10.392	9.716
Empréstimos, financiamentos e debentures	7.385	10.787
Obrigações sociais e trabalhistas	2.371	2.744
Tributos	10.714	8.036
Provisões para litígios	-	-
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	5.241	5.248
Encargos setoriais	5.216	4.800
Passivos regulatórios	13.792	17.341
Outros passivos circulantes	3.779	2.270
	58.891	60.942
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.978	5.345
Passivos financeiros setoriais	884	805
Obrigações especiais	32.802	33.824
Outros Passivos não circulantes	57.416	74.204
	103.080	114.178
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	50.000	50.000
Reservas de capital	18.960	15.144
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(17.569)	(16.248)
	51.391	48.896
Total do Passivo	213.361	224.016

Demonstrativo de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	145.039	141.486
Disponibilização dos sistemas de distribuição	39.457	40.147
Ativos e Passivos regulatórios	20.397	(3.352)
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serv. concedido	11.538	14.999
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(64)	(95)
Outras receitas	8.370	7.962
	224.737	201.147
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(40.629)	(35.245)
COFINS/Pasep s/vendas	(14.453)	(15.018)
Encargos Parcela "A"		
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(28.493)	(26.451)
TFSEE – Taxa de fiscalização	(137)	(128)
Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética	(1.288)	(1.155)
Outros Encargos	(1.536)	(653)
	(86.537)	(78.650)
Receita operacional líquida	138.200	122.497
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(50.630)	(45.943)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(44.568)	(38.984)
	(95.198)	(84.927)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	43.003	37.570
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(22.292)	(20.507)
Material	(1.722)	(1.756)
Serviço de terceiros	(9.965)	(8.469)
Arrendamento e alugueis	(293)	(319)
Seguros	(60)	(60)
Doações, contribuições e subvenções	(25)	(3)
Provisões	(133)	(72)
(-) Recuperação de despesas	337	222
Tributos	(66)	(133)
Depreciação e amortização	(2.872)	(2.436)
Gastos diversos	(805)	(999)
	(37.896)	(34.532)
Resultado da atividade de concessão	5.107	3.038
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(5.986)	(7.490)
Receitas financeiras	6.999	9.309
	1.013	1.819
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.120	4.857
Imposto de Renda PJ/Contribuição social s/Lucro Líquido	(2.304)	(795)
Participação nos lucros	-	(606)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	-	950
Lucro Líquido do exercício	3.816	4.406

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.816	4.406
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(2.200)	(3.464)
Provisão para contingências	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	133	72
Depreciação e baixas do imobilizado	6.811	6.368
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	8.560	7.382
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	(130)	(2.680)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-
Serviços pedidos em curso	(1.228)	(534)
Depósitos judiciais	(2.379)	(13)
Ativos regulatórios	6.428	11.989
Tributos a recuperar	220	7.611
Estoques	76	200
Despesas antecipadas	2.748	(2)
Subsídio tarifário e Redução da tarifa equilibrada		(2.071)
Outros	760	(494)
	6.494	14.006
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	676	(4.477)
Obrigações sociais e trabalhistas	(372)	572
Tributos a recolher	1.625	8.953
Encargos setoriais	416	(597)
Passivos regulatórios	(3.549)	12.575
Passivos financeiros setoriais	78	95
Outros	(14.234)	(19.901)
	(15.359)	(2.780)
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	(306)	18.608
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(6.073)	(8.219)
Contribuição do consumidor	(1.021)	(1.157)
Intangível	(275)	(340)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.369)	(9.716)
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimo	16.476	5.071
Amortização de empréstimos	(11.045)	(8.861)
Dividendos distribuídos	-	-
Reavaliação regulatória	(1.321)	(1.302)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de	4.110	(5.092)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.565)	3.800
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	5.201	1.401
Saldo final de caixa	1.636	5.201
Variação no caixa	(3.565)	3.800

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.600	14.946	8.088	-	46.742
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.302)	-	-	(1.302)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	4.406	4.406
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	220	-	-	(220)	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	3.236	(3.236)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(950)	(950)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.821	(16.248)	11.324	-	48.896
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.321)	-	-	(1.321)
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	3.816	3.816
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	191	-	-	(191)	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	3.625	(3.625)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.000	4.012	(17.569)	14.949	-	51.391

Companhia Campolarguense de Energia - Cocol
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão detalhadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O valor reconhecido é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

3.7. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.8. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

3.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. As demonstrações contábeis da Companhia não sofreram impactos decorrentes dessa norma.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente, (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos, e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não há

incertezas significantes quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 09 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

CPC 33 (R1) /IAS 19 – Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações a este pronunciamento contábil abordam a contabilização quando da alteração, redução ou liquidação de um plano durante o seu período-base. Tais mudanças foram realizadas para clarificar o que deve ser feito pela companhia quando os planos são alterados, reduzidos ou liquidados durante o período-base. Dessa forma, a Companhia deve: (i) determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento; e (ii) determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. Tais mudanças não impactaram a Companhia.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis às atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A COCEL não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

Faturado	7.662	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.662	7.221
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.330	-	4.103	398	140	1.648	(1.442)	68	45	6	100	19.396	19.469

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. - Imobilizado

5.1 - A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Liquidadas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/24	Valor Líquido em 31/12/23	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas
Distribuição	156.080	8.259	(1.791)	-	(1.684)	160.864	6.468	(84.420)	76.444	74.622	(52.860)	20.654	(32.207)
Maquinas e Equipamentos	151.315	6.888	(1.760)	-	(1.678)	154.765	5.128	(80.458)	74.307	73.320	(52.860)	20.654	(32.207)
Veículos	4.765	1.371	(31)	-	(6)	6.099	1.340	(3.962)	2.137	1.302	-	-	-
Administração	9.001	66	(179)	-	332	8.555	114	(4.171)	4.383	4.558	-	-	-
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503	-	-	2.503	2.503	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.430	-	-	-	-	3.430	-	(2.612)	818	851	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	2.017	43	(104)	-	(138)	1.817	(62)	(1.082)	735	847	-	-	-
Veículos	77	-	-	-	-	77	-	(77)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	974	23	(75)	-	(195)	728	(52)	(400)	328	356	-	-	-
Comercialização	197	-	30	-	(11)	156	30	68	104	104	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	28	-	-	-	-	28	-	(6)	22	26	-	-	-
Veículos	149	-	(30)	-	(11)	109	(30)	(52)	57	67	-	-	-
Móveis e Utensílios	20	-	-	-	-	20	-	(11)	9	10	-	-	-
Subtotal	165.278	8.325	(2.000)	-	(2.027)	169.575	6.325	(88.660)	79.283	79.283	(52.860)	20.654	(32.207)
Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Liquidadas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/24	Valor Líquido em 31/12/23	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas
Distribuição	9.726	5.965	-	(8.259)	-	7.432	(2.294)	-	7.432	9.726	(596)	-	(596)
Maquinas e Equipamentos	9.726	4.594	-	(6.888)	-	7.432	(2.294)	-	7.432	9.726	(596)	-	(596)
Veículos	-	1.371	-	(1.371)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	14	108	-	66	-	56	42	-	56	14	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	-	-	-	(43)	-	56	42	-	56	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	23	-	(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	9.740	6.073	-	(8.325)	-	7.488	(2.252)	-	7.488	9.740	(596)	-	(596)
	175.018	14.397	(2.000)	(8.325)	(2.027)	177.063	4.073	(88.660)	88.404	89.023	(53.456)	20.654	(32.802)

5.2 - A composição do intangível é como segue:

Intangível em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Liquidadas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/24	Valor Líquido em 31/12/23
---------------------------------	-------------------------	-------------	------------	--------------------	-------------	-------------------------	--------------------------------	-----------------------	---------------------------	---------------------------

	A – B + C					31/12/24				
Distribuição	187	808	-	-	-	995	808	(205)	790	17
Servidões	187	808	-	-	-	995	808	(205)	790	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Administração	1.875	62	-	-	-	1.936	62	(1.733)	203	225
Servidões	1.875	-	-	-	-	1.936	62	(1.733)	203	225
Softwares	-	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Servidões	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.076	870	-	-	-	2.945	870	(1.952)	993	242

Intangível em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/24	Valor Líquido em 31/12/23
Distribuição	594	214	-	808	-	-	(594)	-	-	594
Servidões	594	214	-	(808)	-	-	(594)	-	-	594
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	62	-	62	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	62	-	(62)	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	594	275	-	870	-	-	(594)	-	-	594

5.3 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição – Máquinas e Equipamentos – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Líquidas = A – B + C
AIS Bruto	151.315	6.888	(1.760)	-	(1.678)	154.765	5.128
Transformador de distribuição	38.235	1.930	(289)	-	(66)	39.810	1.642
Medidor	12.734	946	(335)	-	(24)	13.321	612
Redes Baixa Tensão (<2,3 KV)	57.151	2.731	(419)	-	(788)	58.675	2.312
Redes Média Tensão (2,3 a 44KV)	24.497	1.171	(180)	-	(337)	25.151	991
Subestações Alta Tensão (primário 88KV a 138KV)	15.461	109	(290)	-	(454)	14.826	(181)
Veículos	1.620	-	-	-	(7)	1.613	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.617	-	(248)	-	-	1.369	(248)

Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/23	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/24	Adições Líquidas = A – B + C
Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	49.636	3.224	-	-	-	52.860	821
Participações, Doações, PEE, P&D, Universalização	47.009	3.224	-	-	-	50.233	3.224
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	2.627	-	-	-	-	2.627	-
Ultrapassagem de demanda	1.673	-	-	-	-	1.673	-
Excedente de reativos	954	-	-	-	-	954	-

Ativo Imobilizado – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2024		2023	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31/12/24	Valor Líquido 31/12/23
Em Serviço - AIS					
Distribuição		160.863	(84.420)	76.443	74.622
Custo histórico	3,75%	117.517	(52.840)	64.677	61.553
Reavaliação	-	43.346	(31.580)	11.766	13.069
Administração		8.555	(4.171)	4.384	4.558
Custo histórico	3,28%	4.945	(1.948)	2.997	3.154
Reavaliação	-	3.610	(2.223)	1.387	1.404
Comercialização		156	(68)	88	104
Custo histórico	3,27%	140	(55)	85	101
Reavaliação	-	16	(13)	3	3
		169.574	(88.659)	80.915	79.283

Intangível – R\$ Mil	Taxas anuais	2024		2023	
		Valor Bruto	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido

	médias de depreciação %		Acumulada	31/12/24	31/12/23
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	995	(205)	790	17
Custo histórico	1,29%	934	(145)	789	16
Reavaliação	-	61	(60)	1	1
Administração	-	1.936	(1.733)	203	226
Custo histórico	7,03%	1.233	(1.041)	192	213
Reavaliação	-	703	(692)	11	13
Comercialização	-	14	(14)	-	-
Custo histórico	8,33%	12	(12)	-	-
Reavaliação	-	2	(2)	-	-
		2.945	(1.952)	993	243

Nota: A Cocol não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

Composição das Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do Sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Veículos	14,29%

Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que resultou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Composição	CVA 2024			CVA 2023		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	2.982	2.182	800	-	4.350	(4.350)
Proinfa	16	71	(55)	22	140	(118)
Conta de Desenv. Energético – CDE	144	470	(326)	171	-	171
Transporte de Energia Rede Básica	3	217	(214)	-	156	(156)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	275	21	254	613	-	613
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	1.028	12	1.016	1.300	30	1.270
Neutralidade Parcela A	-	1.898	(1.898)	262	305	(43)
Sobrecontratação de Energia	2.344	0	2.344	1.317	443	874
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.904	395	2.509	3.482	419	3.063
Majoração alíquotas Cofins/Pasep	3.946	7.868	(3.922)	13.844	10.482	3.362
Devoluções tarifárias	2.769	658	2.111	1.828	1.016	812
Total	16.411	13.792	2.619	22.838	17.341	5.498

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Ativos regulatórios em recuperação	10.922	19.859	71.028	71.028
Ativos regulatórios em formação	5.489	2.979	-	-
Total do Ativo	16.411	22.838	71.028	71.028
Passivo				
Passivos regulatórios em recuperação	12.906	12.598	-	-
Passivos regulatórios em formação	886	4.744	-	-
Total do Passivo	13.792	17.342	-	-
Líquido	2.619	5.496	71.028	71.028

7. Empréstimos e Financiamentos

A composição dos empréstimos em 31/12/2024 é como segue:

	2024		2023	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	5.428	2.262	2.368	3.779
Banco Sicoob	1.147	9.129	1.577	-
Banco Sicredi	-	-	4.601	-
Banco Santander	810	587	2.241	1.566
Total	7.385	11.978	10.787	5.345

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO/LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	1.636	-	1.636	
Saldo final de Caixa – Conta 1101	-	1.636	-	1.636	Sim

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	2024	2023
(+) Dívida Bruta: Somatórios de Passivos formados por:		
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Curto prazo	(7.385)	(10.787)
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Longo prazo	(11.978)	(5.345)
Parcelamento de tributos	(7.504)	(6.798)
Passivos financeiros setoriais	(14.676)	(18.147)
	(41.543)	(41.077)
Ativos Financeiros: Somatório de Ativos Formados por:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.636	5.201
Investimentos temporários	273	362
Ativos financeiros setoriais (*)	87.439	93.866
Reembolsos do Fundo da CDE	3.250	4.040
	92.598	103.469
DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	51.055	62.392

(*) Valor reclassificado

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos: A Cocol não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2023 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2024		2023	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 70 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 1.113.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 211.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Suas obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais em Serviço – R\$ Mil	Depreciação – Taxa Média Anual	Custo histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em Serviço		(18.982)	-	(36.505)	(52.860)
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	(685)	-	-	(685)
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	(10.101)	-	(36.505)	(46.606)
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	(572)	-	-	(572)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	4,00%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros	-	(2.627)	-	-	(2.627)
Ultrapassagem de demanda	4,00%	(1.673)	-	-	(1.673)
Excedente de reativos	4,00%	(954)	-	-	(954)
(-) Amortização Acumulada – AIS		5.896	-	14.758	20.654
Participação da União, Estados e Municípios	-	171	-	-	171
Participação Financeira do Consumidor	-	3.570	-	14.758	18.328
Pesquisa e Desenvolvimento	-	152	-	-	152
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	-	1.211	-	-	1.211
Outros	-	753	-	-	792
Ultrapassagem de demanda	-	512	-	-	512
Excedente de reativos	-	280	-	-	280
TOTAL	3,75%	(6.649)	-	(21.747)	(32.206)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais em Curso – R\$ Mil	Saldo inicial em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2024
Em Curso	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(2.559)	(790)	-	2.968	(381)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	(66)	-	-	-	(66)
Valores pendentes de recebimento	(134)	(703)	674	-	(163)
Outros	0	(1.571)	1.585	-	14
TOTAL	(2.759)	(3.064)	2.259	2.968	(596)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2024	2023
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2024	2023
Resultado do exercício	3.816	4.406
(-) Reserva legal 5%	(191)	
Resultado a distribuir	3.625	4.186
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	-	(950)
Reserva estatutária para investimento	3.625	3.326
	-	-

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		Consumo MWh		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento de energia – Faturado	58.721	57.712	214.011	210.617	144.598	141.462
Residencial	52.782	51.836	111.228	103.899	79.277	72.914
Industrial	331	322	30.537	36.138	18.905	23.151
Comercial	3.536	3.467	39.968	39.621	28.509	28.214
Rural	1.622	1.651	6.541	6.611	4.395	4.325
Poder Público	384	367	4.460	4.004	3.193	2.898
Iluminação Pública	1	1	12.645	12.553	5.259	5.119
Serviço Público	62	65	8.499	7.655	5.060	4.841
Consumo Próprio	3	3	134	136	-	-
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	441	24
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	59	29	151.992	139.547	39.457	40.147
Consumidores Livres	59	29	151.992	139.547	39.457	40.147
(-) Transferências p/Obrigações Especiais	-	-	-	-	(64)	(96)
(-) Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	-	(53)	(71)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	(11)	(25)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	20.397	(3.352)
Constituição/Amort. – CVA Ativa/Passiva	-	-	-	-	(194)	(2.570)
Constit./Amort. – Demais Ativos/Passivos regulatórios	-	-	-	-	20.591	(782)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	11.538	14.999
Outras Receitas	-	-	-	-	8.370	7.963
Serviços cobráveis	-	-	-	-	920	973
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	5.593	5.233
Serviços prestados de manut. Iluminação Pública	-	-	-	-	2.391	2.261
Outras receitas diversas	-	-	-	-	207	192
(-) Tributos sobre outras receitas	-	-	-	-	(741)	(696)
TOTAL	58.780	57.741	366.003	350.164	224.737	201.147

12. Pessoal e Administradores

Pessoal	2024	2023
Remuneração	12.490	12.972
Encargos	4.879	4.803
Previdência privada	63	64
Assistência médica	1.223	1.155
Vale alimentação	1.779	1.873
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Programa de demissão voluntária (PDV)	2.183	-
Outros	80	125
(-) Transferência p/ordens em curso	(2.571)	(2.595)
	20.126	18.397
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	2.092	2.031
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Benefícios aos administradores	74	79
	2.166	2.110
TOTAL	22.292	20.507

13. Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Reajuste tarifário anual – 2019/2020

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2563 de 25/06/2019.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.411, de 26 de junho de 2018, ficam em média, reajustadas em - 4,56% (menos quatro, vírgula cinquenta e seis por cento), sendo de - 0,71% (menos zero vírgula setenta e um por cento) em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de - 6,60% (menos seis vírgula sessenta por cento) em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.2 Reajuste tarifário anual – 2020/2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2706 de 23/06/2020.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.563, de 25 de junho de 2019, ficam, em média, reajustadas em 0,58% (zero vírgula cinquenta e oito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores. Sendo -0,50% (menos zero, vírgula cinquenta por cento), em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 1,16% (um vírgula dezesseis por cento) em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.3 Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.4 Reajuste tarifário anual – 2022/2023

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.5 Reajuste tarifário anual – 2023/2024

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.211 de 27/06/2023.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3052, de 28 de junho de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,89% (menos três vírgula oitenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -14,42%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 3,70% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.6 Reajuste tarifário anual – 2024/2025

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.337 de 25/06/2024

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3.211, de 27 de junho de 2023, ficam, em média, reajustadas em -8,72% (menos oito vírgula setenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -5,72%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de -10,35% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

14. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no quinto ciclo de revisão tarifária (5CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração aos acionistas e a quota de reintegração regulatória.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	129.552.036
(2) Índice de Aproveitamento Integral	2.330.232
(3) Obrigações Especiais Bruta	36.504.817
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.968.667
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	71.748.320
(6) Depreciação Acumulada	69.006.502
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	60.545.534
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	791.104
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	59.754.430
(10) Almojarifado em Operação	1.798.763
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	24.275.339
(13) Terrenos e Servidões	6.913
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	37.284.766
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	37.284.766
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	3.965.397
(18) Base Obrigações Especiais	36.504.817
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,33%
(20) Remuneração das Obrigações Especiais	850.209
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)	4.815.606
(25) Taxa de Depreciação	4,03%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	2.891.457

15. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	16.222.767
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	7.300.245
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.946.732
(4) Base de Anuidade – Sistemas de informática (BARI)	6.975.790
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	762.578
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	381.626
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.687.140
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.831.344

15.1. Ajuste da parcela “B” em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

O índice de ajuste de mercado considera os ganhos potenciais de produtividade no ano anterior à revisão tarifária (período de referência), e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes. O Fator de Ajuste de Mercado, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, é de **0,69%**.

O Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho entre as concessionárias, ajusta o valor da Parcela B na revisão tarifária de acordo com o comportamento dos indicadores de qualidade técnico e comercial da distribuidora. O Fator de Ajuste de Qualidade, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, foi definido em **-0,08%**.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da COCEL.

Descrição	Valores (R\$)
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.016.778
Custos Operacionais (CO)	18.016.778
Custo Anual dos Ativos (CAA)	10.538.407
Remuneração do Capital (RC)	4.815.606
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.891.457
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.831.344
Parcela B (VPB)	28.555.185
Índice de Produtividade da Parcela B	0,69%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0,08%
Parcela B com ajustes	28.381.940

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanco Patrimonial dos exercicios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ATIVO	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.636	-	1.636	5.201	-	5.201
Consumidores	18.426	-	18.426	19.469	-	19.469
Encargos de Uso da rede elétrica	2.204	-	2.204	1.163	-	1.163
Serviços em curso	2.810	-	2.810	1.581	-	1.581
Tributos compensáveis	700	-	700	14.104	-	14.104
Almoxarifado operacional	1.565	-	1.565	1.641	-	1.641
Despesas pagas antecipadamente	59	-	59	2.807	-	2.807
Ativos regulatórios	16.411	-	16.411	8.995	-	8.995
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	3.447	-	3.447	4.305	-	4.305
Outros ativos circulantes	4.603	-	4.603	1.936	-	1.936
	51.859	-	51.859	61.202	-	61.202
Não Circulante						
Tributos compensáveis	734	-	734	1.394*	-	1.394*
Depósitos judiciais e cauções	69	-	69	170	-	170
Investimentos temporários	274	-	274	362	-	362
Ativos financeiros setoriais	71.028	-	71.028	71.028*	-	71.028*
Ativo financeiro indenizável	-	(6.094)	6.094	-	(3.778)	3.778
	72.105	(6.094)	78.199	72.953	3.778	76.731
Investimentos	1	-	1	1	-	1
Imobilizados em serviço	80.915	80.915	-	79.283	79.283	-
Imobilizado em curso	7.488	7.488	-	10.334	(10.334)	-
Intangível em serviços	993	(52.419)	53.412	242	53.332	53.573
Intangível em curso	-	(7.488)	7.488	-	(9.375)	9.375
	89.397	28.497	60.900	89.860	26.911	62.949
	161.502	22.403	139.100	162.813	23.133	139.680
Total do Ativo	213.361	22.403	190.959	224.016	23.133	200.882

*** Valores reclassificados**

PASSIVO	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	10.392	-	10.392	9.716	-	9.716
Empréstimos e financiamentos	7.385	-	7.385	10.787	-	10.787
Obrigações sociais e trabalhistas	2.371	-	2.371	2.744	-	2.744
Tributos	10.714	-	10.714	8.036	-	8.036
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	5.241	-	5.241	5.248	-	5.248
Encargos setoriais	5.216	-	5.216	4.800	-	4.800
Passivos regulatórios	13.792	-	13.792	17.341	-	17.341
Outros Passivos circulantes	3.779	-	3.779	2.270	-	2.270
	58.891	-	58.891	60.942	-	60.942
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	11.978	-	11.978	5.345	-	5.345
Passivos financeiros setoriais	884	884	-	805	(73.399)	74.204
Obrigações especiais	32.802	32.802	-	33.823	33.823	-
Outros Passivos não circulantes	57.416	-	57.416	74.204	74.204	-
	103.080	33.686	69.394	114.178	(34.629)	79.549
Patrimônio Líquido						
Capital Social	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Reservas de capital	18.960	6.286	12.674	15.144	4.753	10.391
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(17.569)	(17.569)	-	(16.248)	(16.248)	-
	51.391	(11.284)	62.674	48.896	11.495	60.391
Total do Passivo	213.361	22.403	190.959	224.016	(23.133)	200.882

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	145.039	-	141.486	141.486	-	141.486
Disponibilização do sistema de distribuição	39.457	-	40.147	40.147	-	40.147
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	20.397	-	(3.352)	(3.352)	-	(3.352)
Doações, contribuições e Subvenções	11.538	-	14.999	14.999	-	14.999
Ultrapassagem de demanda e reativos	(64)	(64)	-	(95)	95	-
Receita de construção	-	(9.225)	9.225	-	7.419	7.419
Outras receitas	8.370	-	8.370	7.962	-	7.962
	224.737	(9289)	234.027	201.147	7.514	208.661
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(40.629)	-	(35.245)	(35.245)	-	(35.245)
Cofins/Pasep/Pis s/vendas	(14.453)	-	(14.453)	(15.018)	-	(15.018)
Encargos Parcela A						
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	(28.493)	-	(28.493)	(26.451)	-	(26.451)
Taxa de fiscalização	(137)	-	(137)	(128)	-	(128)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(1.288)	-	(1.288)	(1.155)	-	(1.155)
Outros encargos	(1.536)	-	(1.536)	(653)	-	(653)
	(86.537)	-	(86.537)	(78.650)	-	(78.650)
Receita Operacional Líquida	138.200	(9.289)	147.490	122.497	7.514	130.011
Custos não gerenciáveis – parcela B						
Energia elétrica comprada para revenda	(50.630)	-	(50.630)	(45.943)	-	(45.943)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(44.568)	-	(44.568)	(38.984)	-	(38.984)
	(95.198)	-	(95.198)	(84.927)	-	(84.927)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	43.003	(9.289)	52.292	37.570	7.514	45.084
Custos gerenciáveis – parcela B						
Pessoal e Administradores	(22.292)	-	(22.292)	(20.507)	-	(20.507)
Material	(1.722)	-	(1.722)	(1.756)	-	(1.756)
Serviço de terceiros	(9.965)	-	(9.965)	(8.469)	-	(8.469)
Arrendamento e alugueis	(293)	-	(293)	(319)	-	(319)
Seguros	(60)	-	(60)	(60)	-	(60)
Doações, Contribuições e Subvenções	(25)	-	(25)	(3)	-	(3)
Provisões	(133)	-	(133)	(72)	-	(72)
(-) Recuperação de despesas	337	-	337	222	-	222
Tributos	(66)	-	(66)	(133)	-	(133)
Depreciação e amortização	(2.872)	1.597	(4.469)	(2.436)	(1.597)	(4.033)
Custo com construção	-	(9.225)	9.225	-	(7.419)	(7.419)
Gastos diversos	(805)	-	(805)	(999)	-	(999)
	(37.896)	10.822	(48.718)	(34.532)	(9.016)	(43.548)
Resultado da Atividade de Concessão	5.107	1.533	3.574	3.038	(1.502)	1.536
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(5.986)	-	(5.986)	(7.490)	-	(7.490)
Receitas financeiras	6.999	-	6.999	9.309	-	9.309
	1.013	-	1.013	1.819	-	1.819
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.120	1.533	4.588	4.857	(1.502)	3.355
Imposto de renda PJ/Contrib.Social s/Lucro Líquido	(2.304)	-	(2.304)	(795)	-	(795)
Participação nos lucros	-	-	-	(606)	-	(606)
Reversão dos juros s/Capital próprio	-	-	-	950	-	950
Lucro Líquido do exercício	3.816	1.533	2.283	4.406	(1.502)	2.904

16.1 Conciliação do Imobilizado/intangível societário e regulatório

	2024	2023
Saldos no final do exercício societário	53.412	52.614
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	13.167	14.489
Obrigações especiais	9.235	8.645
Transferência para conta Ativo financeiro indenizável	6.094	3.777
Saldo no fim do exercício regulatório	81.908	79.525

16.2 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referência (VNR), para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 1.820 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2024	2023
Saldos no final do exercício societário	9.235	8.645
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	21.747	23.237
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	1.820	1.942
Saldo no fim do exercício regulatório	33.802	33.824

16.3 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

16.5 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referência – VNR aprovada na 5ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em junho/2021.

16.6 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 64 mil, refere-se à contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 16.2.

16.7 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

16.8 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante, decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

17. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	2.283	2.904
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.533	1.502
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(9.225)	(7.419)
Custo de construção	9.225	7.419
Depreciação/amortização	1.597	1.597
Ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(64)	(95)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	3.816	4.406

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocal passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

18. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Odair Sales
Contador CRC/PR 056806/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2024, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2025.

Bárbara Lunardon
Presidente

Keila Eliane Alberton Martini
Conselheira

João Alfredo de Moraes
Conselheiro

Bianca Moraes Coelho
Conselheira

Leniro Zanlorensi
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2025.

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho
Presidente

José Peterson Vidal
Conselheiro

Casseli Muiniki
Conselheira

Fernando Schiavon
Conselheiro

Jaqueline Santos da Silva
Conselheira

Rodrigo da Rocha Stremel Torres
Conselheiro

Kevvy Vela Souza
Conselheiro

Dante Vanin
Conselheiro

Rosangela Leandro Pelizzari Manenti
Conselheira

Murilo Nogueira
Conselheiro

Fledinei Borges Licheski
Conselheiro

**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE
ENERGIA - COCEL**

CAMPO LARGO - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2025
(Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro
de 2024 e 2023)



Bazzaneze 
Auditores Independentes S/S

D e s d e 1 9 9 1

COMPANIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais)

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Campolarguense de Energia - COCEL a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de abril de 2025.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 12 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

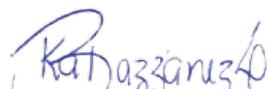
Curitiba PR, 28 de abril de 2025.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR N° 3.942/O-6
CVM N° 519/3



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI N° 5344



Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254



Bazzaneze &
Auditores Independentes S/S

Desde 1991